



Maria de Lourdes aposta na reformulação partidária e não pretende permanecer no PFL

Maria de Lourdes vive aprendizado

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

A deputada Maria de Lourdes Abadia Bastos, 42 anos, passa por uma fase de adaptação. Após 17 anos de serviços junto ao Executivo, pela primeira vez ela está no Legislativo, e com a "grande responsabilidade" de ajudar a escrever a nova Constituição. Maria de Lourdes, que foi administradora da Ceilândia e diretora executiva da Fundação do Serviço Social, se elegeu com mais de 46 mil votos e tem na causa social a base de seus trabalhos. Ela não se considera conservadora. Ao contrário: "Minha vida é um eterno rompimento", diz. Maria de Lourdes defende mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, com possibilidade de uma reeleição, e quer a manutenção do governador José Aparício no Palácio do Buriti até 1988, "quando teremos eleições diretas, se Deus quiser". No momento, Abadia pensa na reformulação do secretariado do GDF, em função do resultado das urnas. "É preciso haver um reequilíbrio de forças", defende.

Nesta entrevista ao **CORREIO BRAZILIENSE**, a deputada mostra que tem posições claras também sobre questões polêmicas. Ela é contra o aborto, mas favorável ao planejamento familiar. Condena qualquer tipo de discriminação. Jamais votaria a favor da pena de morte, porque "só morreriam pretos e pobres". Abadia acha que a Constituinte deve definir o papel das Forças Armadas apenas como elementos de defesa externa.

Após 17 anos de vida pública, a senhora sai do Executivo e passa a atuar no Legislativo. Como está se dando essa mudança?

É uma fase de muito aprendizado. Estou começando uma vida nova. Vim de uma área executiva, de administração pública e comunitária, ou seja, uma área de muita pobreza, de muitos conflitos, e que requer do administrador uma presença constante. Não passei pelo processo de exercício político: da Ceilândia vim direto para a Constituinte, sem ser vereadora e deputada estadual. Tenho aqui a missão de ajudar a escrever a nova Constituição do nosso País e represento mais de 46 mil pessoas, que votaram em mim. Estou consciente do que representa essa responsabilidade e estou me virando, da maneira que posso, para aprender e entender como funciona a Casa.

Nessas três primeiras semanas de funcionamento da Constituinte já houve um avanço muito grande, em termos de aprendizagem?

Sem dúvida, até mesmo porque você começa a se situar no

contexto nacional. Eu estava acostumada a ver problemas de água na Ceilândia, de salas de aula, de buracos nas ruas. Quer dizer, meu mundo era pequeno, limitado, em relação ao universo em que eu estou agora. Nesse momento inicial, eu não tenho segurança. Política é uma coisa de muito movimento. Você conversa uma coisa de manhã, outra à tarde, participa de uma reunião à noite e no outro dia há uma votação, que não é nada daquilo que você começou. Acho que vou deslanchar aqui dentro a partir do momento em que me sentir segura.

A própria Constituinte ainda não deslançou, porque está na dependência da aprovação do regimento definitivo. Seus eleitores cobram isso?

Muito. Eu realmente sempre fui uma pessoa chegada ao povo, aos problemas do povo. Então, para as pessoas em geral fica difícil entender que agora eu estou no Legislativo e não posso mais resolver determinados problemas, diretamente. Elas vêm reivindicando coisas que competem ao Executivo. É muito difícil. Mas isso é reflexo de uma situação: não houve interesse do Estado em divulgar e conscientizar o povo sobre o que é uma Constituinte.

A senhora defende uma tese polêmica: a de uma constituição transitória. Por quê?

A minha tese é esta porque nós estamos num momento de transição, em que todo mundo busca o caminho certo, em todos os sentidos — político, econômico e social. Então, querer fazer uma coisa consolidada agora é impossível. Daqui a alguns anos esta Constituição certamente terá mais emendas do que a atual.

E como seria o texto dessa Constituição?

Eu defendo a tese de uma Constituição mais sintética, escrita numa linguagem bem simples, que contenha princípios e que sobremaneira garanta a cidadania e os direitos da pessoa humana. Depois, daqui a alguns anos, fariamos outra Constituição. Nesse meio tempo, teríamos espaço para mobilizar os diversos segmentos da Nação, com o objetivo de discutir mais a Carta do País.

O que a candidata Maria de Lourdes defendeu no palanque que a deputada Maria de Lourdes, eleita com mais de 46 mil votos, continua defendendo. Mudou alguma coisa?

Não. A primeira coisa que quero destacar é que durante a minha campanha não fazia promessas. E muitas pessoas falaram que eu não ia me eleger porque político que não mente não é eleito. Eu lancei um desafio, porque pressentia que as pessoas hoje querem verdade, objetividade, clareza nas coisas. Não fiz promessas, mas estabeleci um compromisso de lutas. Eu defendo muito um sala-

rio digno para o trabalhador, defendo uma justa distribuição de renda. Além disso, defendo uma mudança radical nesse cunho paternalista e assistencialista do Estado. Acho que se pé-gássemos todos esses projetos e programas sociais que tem por aí — distribuição de leite, de alimentos, de cobertores — e os transformássemos num real salário para o trabalhador, o Governo seria mais eficaz. Está provado que esses programas sociais só contribuem para o empobrecimento, pois não libertam o povo.

O que a senhora defende, então, para substituir esses programas?

Você tem que definir o que é dever do Estado. A velhice abandonada, por exemplo, é dever do Estado. O menor abandonado também. Então é certo que o Estado aja nesses dois segmentos. Mas têm outras áreas em que é preciso cortar o assistencialismo e reforçar o desenvolvimento da educação. Aliás, acho que temos que priorizar a educação e a saúde.

A senhora acredita que as novas medidas econômicas que o Governo está para tomar colocarão o Plano Cruzado novamente no bom caminho?

Não. Acho que o pior aconteceu, que é a falta de credibilidade. Agora acho que não se recupera mais. Fazer as modificações que foram feitas três dias após as eleições foi abuso. Isso deveria ter acontecido muito antes, no momento em que o Presidente e os ministros da área econômica gozavam de enorme popularidade.

O problema do Brasil é político ou econômico?

É político, econômico e também social. Político porque existe muito oportunismo na nossa política. Há pessoas atreladas a partidos sem qualquer identificação, apenas para gozar de benefícios. E econômico porque não existe, de fato, uma política econômica no nosso País.

É inevitável uma reorganização partidária?

É, sem dúvida. A reorganização é inevitável e urgente. Espero que realmente as pessoas escolham partidos que tenham a ver com a consciência delas.

E o seu caso?

É o meu caso. Não é uma questão de sair ou ficar no PFL. Para mim, hoje todos os partidos são iguais. A gente tem, sim, que identificar blocos que tenham compromissos com determinados segmentos da sociedade. No meu caso, estou comprometida com a pobreza.

Qual seria seu caminho?

Não sei, talvez o socialismo. Dizem que sou conservadora, mas não me considero como tal. Minha vida sempre foi um rompimento. Nunca me conformei com a pobreza de minha família e lutei para achar solução para esse problema.